

Pela centralidade da participação social nas eleições de 2026

O Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia “Transformações da Participação, do Associativismo e do Confronto Político” (INCT Participa), composto por 18 núcleos de pesquisa distribuídos em todas as regiões do país, e mais de 200 pesquisadores e pesquisadoras, torna público seu posicionamento diante das eleições gerais em curso.

As eleições de 2026 são um momento decisivo para o futuro da democracia brasileira. O país enfrenta grandes desafios, alguns persistentes e conhecidos, e outros tão recentes que ainda não são bem compreendidos. Desigualdades sociais profundas, promiscuidade entre elites econômicas e poder público, tentativas de intervenção política estrangeira nas eleições nacionais, campanhas de desinformação e tensões institucionais inéditas que colocam em risco os avanços do processo de redemocratização construído progressivamente ao longo da Nova República. Há um profundo mal-estar com a democracia e seu desempenho, com desconfiança nas instituições - inclusive nos processos eleitorais-, o que constitui terreno fértil para a emergência de lideranças e discursos autocráticos.

Neste momento, é imperioso que os setores progressistas da sociedade e os partidos que os representam coloquem no centro do debate o desafio de reconectar as pessoas com a política democrática. E não há como fazer isso sem fortalecer a participação social.

Não há democracia que se sustente se uma parte das elites políticas e econômicas é conivente com a contínua erosão das instituições que garantem sua existência, e se a população é continuamente mobilizada contra os valores e instituições democráticas. Uma das formas de zelar pelos valores e instituições democráticas é promover a participação ativa da população na construção da vida coletiva e na busca por soluções sustentáveis para os problemas que afetam o seu dia a dia.

A participação social não apenas é um pilar de sustentação da democracia de modo direto, como também de modo indireto, permitindo o aprimoramento das políticas que proveem bens e serviços fundamentais para a população. Os gestores públicos se beneficiam ao deliberar junto às pessoas sobre os reais problemas que as afligem. **Em um país tão desigual e complexo como o Brasil, as informações que proveem da participação social nas políticas públicas são preciosas para tomadas de decisão mais justas e efetivas.**

O Brasil foi um exemplo na construção de mecanismos de participação como veículo de promoção e fiscalização das políticas públicas. A partir de meados da década de 2010, críticas à participação social nas políticas e o desmonte dos canais institucionalizados de participação acompanharam a deterioração gradativa dos fundamentos do Estado de Direito. A defesa da democracia hoje impõe o reposicionamento da participação no centro do debate político.

É preciso que as candidaturas e os partidos políticos se comprometam com os espaços de participação institucionais existentes, dando voz efetiva às pessoas. Mas é preciso, também, coragem e capacidade para inovar.

Há uma densa rede associativa no Brasil, pulsante e criativa na promoção dos direitos de cidadania e na luta contra as desigualdades. Cabe ao Estado reconhecer e fortalecer esses espaços, nos territórios, nas comunidades e construir possibilidades para que essa energia se transforme em insumo para a produção de políticas públicas de qualidade e para a promoção de valores democráticos. É preciso comprometer a todos, sobretudo a juventude, com a construção da democracia como forma de vida, dotada de instituições próprias. Não é possível avançar nessa direção sem investimento em processos robustos de escuta ativa e deliberação coletiva.

A participação social importa para a produção de valores democráticos, para a qualidade das políticas públicas e para a melhoria dos processos de representação política. A participação social, quando efetiva e criativa, conecta as pessoas à vida pública e ao sentido de bem comum. **E pode se tornar um antídoto importante às pretensões autocráticas.**

A rede de mais de 200 pesquisadoras e pesquisadores que integram o INCT Participa atua há mais de uma década na produção de conhecimento sobre participação política, movimentos sociais, associativismo, tecnologias digitais, políticas públicas e inovação

democrática. As pesquisas conduzidas pelo INCT, com rigor científico, transparência e responsabilidade institucional, mostram que a participação social, quando estruturada e informada, melhora a qualidade e a eficácia das políticas públicas ao:

- beneficiar gestores públicos na implementação de políticas públicas;
- estimular o desenvolvimento das capacidades estatais;
- contribuir para a redução das desigualdades; e,
- fortalecer a confiança e o sentido de apropriação da população em relação às decisões públicas.

Além disso, os estudos evidenciam:

- ambientes digitais podem ampliar a inclusão política, mas exigem governança responsável para evitar riscos como desinformação e exclusão;
- processos decisórios mais transparentes e abertos fortalecem a confiança nas instituições e inibem a corrupção.

Entendemos que qualquer projeto político comprometido com o futuro da democracia no país deve assumir uma agenda mínima de compromissos com a participação social, como uma das vias que contribuem para enfrentar os grandes desafios que a ameaçam. Essa agenda mínima deve incluir:

- a proteção e ampliação de mecanismos de participação social para a formulação, implementação e fiscalização de políticas públicas;
- desenvolvimento de mecanismos de participação cidadã presencial, no território, e virtual, em ambientes digitais;
- promoção de ambientes digitais seguros, transparentes e inclusivos que fortaleçam a esfera pública;
- garantias plenas à liberdade de manifestação política e mobilização social, dentro dos limites impostos pelo respeito aos direitos fundamentais e ao Estado Democrático de Direito;.
- fortalecimento das instituições democráticas e resguardo da integridades dos processos eleitorais;
- recusa a qualquer forma de violência política.

Conclamamos as candidaturas e os partidos políticos a incorporarem, de forma inequívoca e responsável, a defesa da participação social, da transparência, da integridade das instituições e da democracia como pilares fundamentais de qualquer projeto político.

Reiteramos que é fundamental reconectar as pessoas com a política democrática. Não conceder centralidade à participação social neste

momento crucial não apenas coloca em risco os avanços de democratização, construídos ao longo da Nova República, mas negligencia uma das vias mais importantes que pode contribuir para enfrentar os desafios que ameaçam a democracia.

Convidamos a sociedade brasileira a participar ativamente das eleições de 2026, valorizando a informação de qualidade, a ciência e o debate público responsável. A democracia se fortalece quando a participação é informada, plural e comprometida com o bem comum.

São Paulo, 25 de setembro de 2026.

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Transformações da Participação, do Associativismo e do Confronto Político – INCT Participa